

Título	Crescimento refém da (in)Justiça
Veículo	Canal Energia
Data	05 Jun 2007
Autor	Claudio J. D. Sales

O Brasil precisa de energia, e de investimentos para gerar essa energia, o que requer o cumprimento de contratos e um ambiente jurídico estável

A interrupção das obras de construção da hidrelétrica de Estreito foi daqueles episódios que ajudam a entender por que o Brasil tem patinado em termos de crescimento, apesar dos bons indicadores internos e da situação favorável da economia mundial. Ao decidir pelo embargo da obra, a Justiça Federal deixou de considerar não apenas os prejuízos impostos aos empreendedores e às populações que se beneficiarão do empreendimento, mas também o que um atraso pode representar em termos de aumento do risco de racionamento de energia.

Localizada entre os estados de Tocantins e Maranhão, a usina de Estreito – com 1.087 MW de potência instalada, o suficiente para abastecer todo o estado de Sergipe – é a maior usina atualmente em construção e componente essencial do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), do governo federal. Sua entrada em operação é essencial para diminuir o risco de racionamento.

Segundo o Programa Energia Transparente (disponível em www.acendebrasil.com.br), o risco de o país ter que decretar um novo racionamento é de 8% em 2010 e de 14% em 2011, considerando a entrada da usina de Estreito já em 2009, dentro do cronograma inicial estabelecido. O risco máximo aceito pelas autoridades do setor elétrico é de 5%. Portanto, sem as hidrelétricas previstas para a Região Norte, o país poderá viver uma nova experiência de racionamento de energia em três ou quatro anos.

Além da importância para o suprimento de energia, Estreito representa um investimento total de R\$ 3 bilhões – dos quais R\$ 350 milhões somente em programas socioambientais – e proporcionará a criação de mais de cinco mil empregos diretos e outros 16 mil indiretos numa das regiões com menor Índice de Desenvolvimento Humano do Brasil.

Depois de seis anos de análises e estudos e da adoção de todas as precauções relativas à proteção do meio ambiente local, o projeto recebeu todas as licenças necessárias e não havia razão que justificasse sua paralisação. Licitada em 2002, foi alvo de três estudos sobre impactos ambientais e sobre a influência do empreendimento em três grupos indígenas, com especialistas indicados pelos próprios índios. Os estudos, aprovados pelo Ibama, permitiram a obtenção da licença de instalação em 2006 e a liberação da obra.

Nada disso, entretanto, interessou. Para pressionar o Judiciário a interromper a obra, a rodovia Belém-Brasília foi bloqueada com o uso da força. A justificativa foi uma nova exigência de análise antropológica de outro grupo indígena, distante 140 quilômetros de Estreito e localizado fora da bacia hidrográfica do rio Tocantins.

Até quando as regras serão mudadas no meio do jogo? O Brasil precisa de energia, e de investimentos para gerar essa energia, o que requer o cumprimento de contratos e um ambiente jurídico estável. Empreendimentos como Estreito ajudam o país, os estados e os municípios que, com o reforço na sua infra-estrutura, passarão a ter maior capacidade para atrair novas empresas e investimentos, tão importantes para regiões carentes de renda e empregos.

A interrupção de obras que atendem a seus compromissos socioambientais pode prejudicar outros projetos estratégicos para a sociedade brasileira. Pode significar também o decreto de racionamento de energia já em 2010.

Claudio J. D. Sales é presidente do Instituto Acende Brasil, entidade que promove a transparência e a sustentabilidade no setor elétrico brasileiro.